



A favela como lugar de moradia da classe trabalhadora

Mauricio Ruiz Câmara¹

Resumo

A favela enquanto forma de moradia, tem sido um objeto de pesquisas e debates de longa data, gerando diferentes entendimentos sobre esse fenômeno social e espacial. O artigo revisa o conceito de favela e busca compreender a habitação dentro do contexto da produção da cidade capitalista. As análises permitem concluir que a favela é produto da valorização da terra urbana, do caráter de mercadoria que a terra adquire na sociedade, da exploração do trabalhador e reflete a luta pela sobrevivência da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Favela, Urbanização, Pobreza Urbana, Renda da Terra.

La barriada como lugar de residencia de la clase obrera

Resumen

La barriada como forma de vivienda ha sido objeto de investigación y debate desde hace mucho tiempo, con diferentes interpretaciones del fenómeno social y espacial. El artículo revisa el concepto de barriada y busca entender la vivienda en el contexto de la producción de la ciudad capitalista. Los análisis permiten concluir que la barriada es producto de la valorización del suelo urbano, del carácter mercantil que la tierra adquiere en la sociedad, del despojo del trabajador y refleja la lucha por la supervivencia de la clase trabajadora.

Palabras-clave: Barriada, Urbanización, Pobreza Urbana, Renta de La Tierra.

The slum as a place of residence of the working class

Abstract

The Slum as a form of housing has been an object of long-standing research and debate, with different understandings of the social and spatial phenomenon. The article reviews the concept of slum and seeks to understand housing in the context of the production of the capitalist city. The analyses allow us to conclude that the slum is a product of the valorization of urban land, of the commodity character that land acquires in society, of the dispossession of the worker and reflects the struggle for the survival of the working class.

Key words: Slum, Urbanization, Urban Poverty, Rent of Land.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica-PUCPR e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Santa Catarina campus Joinville. Correio eletrônico: mauricio.camara@ifsc.edu.br

Introdução

Para compreender a existência de favelas no contexto urbano é importante definir o que é uma favela. Por ser uma palavra polissêmica, seu uso está difundido no senso comum da sociedade, na mídia e em pesquisas acadêmicas. Nos estudos sobre a sociedade e o urbano são elaborados diferentes entendimentos sobre as formas de moradia e ocupação do espaço, problematizando e aprofundando o conceito de favela. O objetivo é dialogar com alguns autores que trabalham a dimensão espacial das favelas, sem pretender esgotar o assunto ou abarcar a totalidade das interpretações. Foram selecionados autores que analisam a favela no contexto do processo de urbanização e que adotam um enfoque crítico sobre a questão da habitação. Essa abordagem possibilita uma compreensão das contradições envolvidas na produção de moradia e na formação das cidades para a camada mais pobre da sociedade.

O estudo de Mike Davis e um panorama do “Planeta Favela”

Uma abordagem abrangente sobre a questão das favelas, articulada com o processo de urbanização, é encontrada na obra de Mike Davis. O autor apresenta um estudo que quantifica, caracteriza e delinea as especificidades inerentes ao surgimento de favelas. A pesquisa contextualiza as favelas nas metrópoles mundiais, destacando que, segundo Davis (2006), existem aproximadamente 200.000 favelas em todo o mundo, com populações que variam de algumas centenas a mais de um milhão de habitantes. No total, cerca de um bilhão de pessoas vivem em favelas, o que representa 6% da população urbana dos países desenvolvidos e 78,2% dos habitantes dos países subdesenvolvidos (DAVIS, 2006, p.200).

Para Davis (2006), a definição clássica de favela é caracterizada pelo excesso de população, habitações precárias ou informais, acesso inadequado a água potável, condições sanitárias precárias e insegurança da posse da moradia. No entanto, o autor considera essa definição restrita, uma vez que se concentra apenas nas características físicas e legais, desconsiderando a dimensão social, que é mais difícil de medir, mais que muitas vezes está ligada à marginalidade econômica e social.

Um fenômeno típico das metrópoles é o favelamento em áreas próximas à área central, onde as ocupações ou aluguéis são mais comuns, facilitando o acesso ao trabalho. Nas periferias, conforme apontado por Davis, observam-se ocupações de terrenos e a compra de terrenos informais (clandestinos) de forma mais intensa. Geralmente, essas ocupações ocorrem em terras urbanas de baixo valor, em locais de risco ou extremamente marginais,

como planícies sujeitas a alagamentos, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas (DAVIS, 2006, p.49).

O surgimento de favelas se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da crescente urbanização nos países periféricos. A busca por emprego e melhores condições de vida nas grandes cidades, o êxodo rural motivado pela expulsão do pequenos agricultores de suas terras, além do fascínio e sedução das áreas urbanas, estão entre as principais causas da urbanização acelerada. A tendência mundial ao favelamento das áreas urbanas é um processo em curso e acelerado. A intensidade da urbanização, caracterizada pela metropolização e pelo surgimento de megalópoles, constitui um fenômeno social de grande magnitude.

Abordagem Marxista pela Teoria da Renda da Terra e a exploração do trabalhador

No trabalho clássico de Friedrich Engels “Sobre a Questão da Moradia” (ENGELS, 2015), o autor discute a questão da escassez de moradia no contexto da Revolução Industrial na Alemanha no Século XIX. Ele analisa a transição do rural para o urbano, o êxodo rural e a transformação dos centros industriais, que passam abrigar a classe trabalhadora e suas necessidades básicas, incluindo a questão da moradia.

Engels explica que a espoliação do trabalhador no modo de produção capitalista é a questão fundamental a ser compreendida e que explica a escassez de moradia. A compra da força de trabalho pelo capitalista possibilita a extração do mais-valor, ou o trabalho não pago, fazendo com que “o trabalhador trabalhe mais tempo do que o necessário para a reposição do preço pago pela força de trabalho” (ENGELS, 2015, p.38).

O mais-valor é apropriado pela classe capitalista e repartido entre seus membros. Com a expansão das cidades e metrópoles, os terrenos adquirem um valor artificial, resultante da contínua elevação dos preços. Neste contexto, os trabalhadores são impedidos do acesso à terra (solo urbano) e expulsos das áreas centrais para as periferias. Engels observa que “as moradias menores se tornam raras e caras e muitas vezes nem podem ser adquiridas, porque nessas condições a indústria da construção civil, para a qual as moradias mais caras representam um campo de especulação muito mais atrativo, apenas excepcionalmente construirá moradias para os trabalhadores” (ENGELS, 2015, p.40).

Engels observou as mesmas carências em Londres, Paris, Berlim e Viena afirmando que a escassez da moradia é o “peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento

colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas particulares; e, para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento” (ENGELS, 2015, p.38).

Nos escritos de Karl Marx, a questão da moradia se manifesta por meio da discussão da renda da terra, a partir da Teoria da Renda Fundiária ou Teoria da Renda do Solo Urbano, bem como pelo caráter de mercadoria que a terra adquire na sociedade capitalista.

O conceito de valorização deriva de valor e expressa a utilidade de um objeto ou o poder de compra de outros objetos que a posse daquele objeto transmite. Para Marx, o valor aparece sob duas formas: a primeira, o valor de uso, é caracterizada ou pela produção realizada para satisfazer uma necessidade ou pela produção que serve de base para a criação ou compra de outros produtos. O valor de uso constitui-se de um substrato que possui valor de troca, como a matéria-prima ou os instrumentos do trabalho que gerarão novos produtos. A segunda forma que o valor adquire é de valor de troca, que se caracteriza pelo produto destinado à venda, uma mercadoria (MARX, 1982, p.211).

Assim, o objetivo da produção de mercadorias na sociedade capitalista é gerar valor de uso com a finalidade de obter valor de troca. As duas formas - valor de uso e valor de troca - inter-relacionam-se, resultando em um processo de valorização contínua, um processo de criação de valores ininterruptos produzindo e reproduzindo o espaço.

O mecanismo de valorização do capital utilizado pelo proprietário fundiário é a renda fundiária. A renda fundiária refere-se a “determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre” (MARX, 1982, p.715). Pode ser entendida como a parte do valor de troca que se destina ao proprietário do solo, sendo um meio de alocar o uso da terra. Neste caso, o proprietário exerce o poder de uso, enquanto a renda se configura como um mecanismo que orienta essa utilização, visto que cada agente tem um objetivo e utiliza a renda para alcançá-lo. A renda pode manifestar-se de diferentes formas: a renda absoluta, a renda de monopólio e a renda diferencial. A renda absoluta é aquela obtida por meio do aluguel ou venda da localização, permitindo ao proprietário “levá-la ao mercado e obter um preço” (MELAZZO; BARCELLA, 2023, p.218).

A renda de monopólio incide sobre a singularidade dos lugares, que são condições únicas, raras, naturais ou construídas, podendo ser da natureza, quando aparece como recurso natural escasso (minerais raros, potencialidade hídrica, solo excepcionalmente fértil); ou construída, quando se tratar de uma localização única na cidade, com uma localização ímpar. Constitui-se de um valor do espaço singular, aparecendo no espaço como valor contido: “nestas condições, os que dispõem do monopólio, graças à localização, podem cobrar preços

mais elevados pelos produtos que vendem [...]” (SINGER, 1982, p.26).

A renda diferencial aparece como uma espécie de lucro suplementar que se origina das características e aptidões do terreno ou solo urbano. Essa remuneração adicional é gerada em relação a áreas similares, resultando em produtividade e lucro adicional acrescida que não são acessíveis a todos. Apenas alguns terrenos apresentam essas condições excepcionais, que são criadas pela natureza e existem em certos lugares.

Marx identifica dois tipos de Renda diferencial. A Renda Diferencial do tipo I é obtida em razão das condições excepcionais e das qualidades específicas de um determinado lugar. Essas características podem ser naturais ou decorrentes do trabalho humano, incluindo vantagens locacionais advindas de uma localização privilegiada ou da posição favorável de recursos naturais. No contexto rural, isso pode incluir, por exemplo, a disponibilidade de água em abundância, terra fértil e clima favorável. No contexto urbano, proporcionando uma melhor localização em relação à concorrência.

Por outro lado, a Renda Diferencial do tipo II, está relacionada como o capital utiliza a técnica a ciência a seu favor, através do desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas, tanto no campo quanto na cidade, impulsionando o desenvolvimento da propriedade (MELAZZO; BARCELLA, 2023, p.221).

A apropriação das terras e contínua valorização por meio da renda fundiária pelos proprietários fundiários impedem que os trabalhadores adquiram um imóvel. O caráter de mercadoria associado a moradia entra em um circuito contínuo da valorização, impossibilitando o acesso à habitação, principalmente nas grandes cidades. Isso leva os trabalhadores a buscarem formas alternativas de moradia, sendo a favela uma dessas opções.

O entendimento da favela como mediadora entre o campo e a cidade é explicada por Henri Lefebvre. O autor entende a favela no contexto das transformações do rural ao urbano, no processo de industrialização e urbanização nos países subdesenvolvidos. A dissolução da estrutura agrária capitalista resulta na expulsão de camponeses empobrecidos e expropriados para as cidades, e a favela os acolhe. Dessa forma, ela desempenha um papel de mediadora entre o a produção agrícola e a indústria. Lefebvre observa que, frequentemente, a favela se consolida e oferece uma alternativa à vida urbana, que, apesar de miserável, é intensa para aqueles que nela habitam (LEFEBVRE, 2001, p.75).

A diversidade de estudos sobre as favelas no Brasil

No Brasil, os estudos sobre as favelas são de longa data. Uma pesquisa aprofundada de

Licia Valladares e Lídia Medeiros sobre as favelas no Rio de Janeiro reuniu 688 títulos e 429 autores que escreveram entre os anos 1906 e 2000 sobre diferentes temas. As autoras destacam que, há mais de cem anos, as favelas são objetos de reflexão por parte de autores, do poder público e da sociedade civil.

No levantamento, percebe-se a diversidade de temas e problemas relacionados às favelas, incluindo história, demografia, cidadania e participação popular, atividades econômicas, comportamento político, educação, governo, habitação e mercado imobiliário, serviços públicos, questão ambiental, saúde pública, segregação, violência e segurança pública, entre outros (VALLADARES; MEDEIROS, 2003). Embora o estudo revele a variedade de problemas que existem nas favelas, as autoras assinalam que a questão da violência e do narcotráfico é a que mais impacta a imagem das favelas na mídia, reduzindo a complexidade do universo urbano desse contexto a meros lugares de violência.

Em seus estudos sobre a urbanização brasileira, Milton Santos analisa as favelas dentro do contexto de dois circuitos da economia, o circuito superior, que resulta da modernização tecnológica e do controle das relações que ocorrem dentro da estrutura do país ou países estrangeiros, e o circuito inferior, resultado de atividades de pequena escala, caracterizadas pela organização precária do trabalho e atendem à população pobre. Nesse processo dialético, os dois circuitos se retroalimentam, gerando tanto riqueza como pobreza nas cidades. O circuito inferior acolhe as populações expulsas do campo e do circuito superior, quando este último libera força de trabalho (SANTOS, 2013).

Milton Santos situa a produção das favelas no contexto das relações sociais e da materialidade da cidade, evidenciando um modelo socioeconômico que produz e perpetua a pobreza. Ele afirma que a cidade “torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres” (SANTOS, 1993, p.10). Para o autor, os programas habitacionais são insuficientes para atender a totalidade da população. Ele observa que, na “maioria das cidades da América Latina as favelas são muito numerosas, uma vez que os programas de construção executados permitem apenas aos operários qualificados aspirar a uma evasão delas” (SANTOS, 2012, p.210). Essa situação determina a existência da segregação socioespacial nas cidades: “Assim, em definitivo, deparamos com duas cidades: a cidade rica e a cidade pobre, ou a cidade branca e a cidade de cor, separadas uma da outra pelas classes médias. O planejamento habitacional, nas condições atuais, reforça as tendências segregacionistas” (SANTOS, 2012, p.210).

Bárbara Freitag entende que existe uma série de conceitos para explicar a precariedade

das habitações dos brasileiros como favelas, invasões, cidades-satélites, comunidades entre outros e tornam-se um contraponto no urbano ou a cidade real, pois a cidade ideal é planejada para a elite e as classes médias. Segundo a autora, as favelas constituem ocupações clandestinas e invasões no urbano sobre as quais o Estado perdeu o controle e “praticamente 50% da população brasileira vivem em habitações ilegais, resultado de movimentos espontâneos de ocupação do espaço” (FREITAG, 2006, p.131).

Arlete Rodrigues (1989) entende que a favela se constitui numa ocupação juridicamente ilegal de terras, geralmente terras sem uso do poder público ocupadas pelas famílias sem-terra e sem-teto (RODRIGUES, 1989, p.36). A autora afirma que cerca de 80% das favelas brasileiras se localizam nas regiões metropolitanas, o que demonstra a crise de habitação. A maioria das favelas ocupam áreas públicas, áreas insalubres, com alta declividade, sujeitas a enchentes, a desabamentos, expostos a violência e expõe os moradores ao risco de perderem seu barraco ou sua vida. A favela surge da necessidade de onde e como morar, se não é possível adquirir ou alugar um imóvel, a solução é a favela:

A favela é produto da conjugação de vários processos: da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e urbana-urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. É também produto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto (...) resultado também do preço da terra urbana e das edificações – mercadoria inacessível para a maior parte dos trabalhadores – a favela exprime a luta pela sobrevivência e pelo direito ao uso do solo de uma parcela da classe trabalhadora (RODRIGUES, 1989, p.40).

A autora aprofunda o conceito de favela, todavia, distingue a favela de outros tipos de moradia, também sem infraestrutura e pela natureza da ocupação das terras. Portanto, “favela é uma ocupação individual e cotidiana, ou seja, aqueles que não tem onde morar procuram um lugar para instalar-se com sua família. Procuram um lugar, conversam com os moradores, constroem seu barraco ou compram um já pronto. A construção é feita individualmente ou em mutirão com ajuda de amigos” (RODRIGUES, 1989, p.36).

A autora diferencia uma ocupação de uma favela, entende que ocupação são consideradas irregulares do ponto de vista jurídico da propriedade da terra, em grande parte são construções de madeira e apesar de ter semelhança com a favela, apresentam significados diferentes. As ocupações ocorrem em bloco, um certo número de famílias procura juntamente uma área para se instalar. Esta ocupação ocorre no mesmo dia para todo o grupo. Caracterizam-se por uma mobilização anterior. As construções, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros “mutirões”, em que as famílias que não contam com homens, são auxiliadas por outras. É uma ocupação coletiva, com pesquisa

da área a ser ocupada, estabelecem data e estratégias de ocupação e a definição de lotes (RODRIGUES, 1989, p.34-41).

Paul Singer (1982; 2017) discute a questão das favelas no contexto da economia urbana, do processo de industrialização e do processo migratório do campo para as cidades. O autor explica que a criação de desigualdades regionais e a incapacidade da economia urbana em absorver os trabalhadores cria um exército de reserva, uma população marginal em praticamente todas as cidades importantes da América Latina.

Segundo Pedro Vasconcelos (2016), a favela está relacionada à diferenciação e à desigualdade socioespacial, sendo resultado de processos como a colonização e as desigualdades oriundas do período escravagista no Brasil. Dessa forma a “favela deve ser entendida no contexto das desigualdades sociais brasileiras, entre áreas de grande afluência ao lado de áreas de extrema pobreza” (VASCONCELOS, 2016, p.19).

Mauricio de Abreu discute o surgimento das favelas no Rio de Janeiro no contexto da industrialização e transformações urbanas no início do século XX. Nesse período, a capital carioca refletia o processo de renovação urbana e a multiplicação das indústrias em direção aos subúrbio, que atraíam mão de obra e originavam favelas nas proximidades das áreas industriais, imprimindo uma nova configuração urbana: “centro e zona sul de um lado, subúrbios, de outro, passam então a se desenvolver impulsionados por forças divergentes, embora emanadas da mesma necessidade de acumulação do capital (imobiliário, financeiro, comercial e industrial)” (ABREU, 1988, p.72).

Com o processo de metropolização entre 1930-1950, o autor explica a expansão das favelas na capital, o expressivo crescimento populacional nas áreas periféricas e avanço de uma frente pioneira na região metropolitana em uma “febre” imobiliária e loteadora. Esse processo culminou na explosão metropolitana nas décadas seguintes, levando ao aumento da favelização, que, em 1960, contava com 147 favelas e aproximadamente 335.063 habitantes na capital ” (ABREU, 1988, p.125).

O autor, ao estudar a evolução urbana, a origem e a expansão das favelas do Rio de Janeiro, entende essa realidade como contraditória, “lugar de criminosos, mas também lugar de trabalhadores; lugar onde se mora mal, mas onde se mora barato; lugar insalubre, mas que é mais saudável do que as opções que e oferecem aos pobres na cidade legal; a favela vai assumindo assim as suas imagens contraditórias, e vai permanecendo também na paisagem carioca” (FRIDMAN; HAESBAERT, 2014, p.439).

Maurício de Abreu ressalta que os fatores de surgimento das favelas são de múltiplas causas. Historicamente, a primeira favela no Brasil surgiu no Rio de Janeiro, estando presente

no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas da cidade, e era entendida como uma situação de moradia provisória e não chamava a atenção. Apesar dessa invisibilidade, a lógica rentista prevalecia, pois os cortiços e favelas permitiam a extração de renda, consolidando a favela como uma forma de moradia para a população empobrecida do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, Lúcio Kowarick (1993) afirma que desde o final do século XIX, com a intensificação da urbanização, a cidade recebeu um grande contingente de migrantes e imigrantes, e os cortiços tornaram-se uma paisagem frequente no cenário urbano. Além das vilas operárias construídas pelas empresas, houve um grande aumento na quantidade de cortiços que proliferaram nos bairros operários da época, como Brás, Belém, Barra Funda e em áreas mais centrais, como Santa Cecília.

Esses cortiços eram apenas moradias deterioradas alugadas a trabalhadores que, em grande número, chegavam à cidade. Tratava-se, sobretudo, de casas construídas especificamente para alojar operários em pequenos cubículos; os aluguéis, ao serem somados, proporcionavam retornos significativos aos empreendedores imobiliários nos períodos iniciais da industrialização (KOWARICK, 1993, p.81).

Com a intensificação das migrações internas, decorrentes de um novo patamar industrial que se forjou depois da Segunda Guerra Mundial, a classe trabalhadora passou a residir em habitações precárias, localizadas nas múltiplas e cada vez mais distante periferias da cidade: “de forma crescente (...) a moradia desprovida de infra-estrutura, construída e maneira parcelada pelo próprio proprietário com a ajuda de parentes em loteamentos clandestinos, foi o resultado de salários crescentemente deteriorados e uma das formas que permitiu que a mão-de-obra engajada no processo produtivo se reproduzisse a baixos custos” (KOWARICK, 1993, p.82).

A abordagem sobre as favelas em São Paulo revela que a questão habitacional deve ser compreendida dentro de um contexto histórico específico e analisada a partir de diferentes determinações, como as econômica, sociais e políticas. Essa análise permite entender as múltiplas variáveis relacionadas ao fenômeno das favelas. Os chamados problemas habitacionais, entre os quais a própria favela, devem ser entendidos no âmbito dos processos socioeconômicos e políticos abrangentes, que determinam a produção do espaço urbano e refletem a segregação que caracteriza a dinâmica excludente das classes sociais (KOWARICK, 1993, p.83). O autor explica que a propriedade da Terra é fonte de valorização e negócios, proporcionando uma rentabilidade crescente e volume significativo de negócios. Um dos pilares desse fenômeno alicerces é a retenção especulativa de terrenos; ou seja,

apenas uma parte da área das cidades é urbanizada, enquanto o restante é composto por glebas de razoáveis dimensões (KOVARICK, 1993).

Este processo origina a segregação: por um lado, gera o crescimento caótico das cidades, criando periferias cada vez mais distantes do centro e do emprego; por outro lado, estabelece um padrão esparso e descontínuo, impedindo que uma imensa massa humana seja beneficiada com os bens de consumo coletivos básicos. Além disso, a rápida valorização desses vazios está associada a implantação desses serviços e o poder público desempenha um papel fundamental na diferenciação dos preços das terras. Os investimentos realizados pelo governo, neste contexto, alimentam o processo de especulação imobiliária (KOVARICK, 1993).

O autor define o perfil do favelado como um extrato pobre da população, caracterizado por baixo rendimento familiar e predominantemente composto por trabalhadores braçais com pouca qualificação profissional. Esses indivíduos apresentam baixa escolaridade e, muitas vezes são migrantes que se dedicam a atividades autônomas, como construção civil, trabalho como ambulantes, jardineiros, carregadores, vigilantes e tarefeiros em geral. As mulheres, em sua maioria, exercem funções como empregadas domésticas (KOVARICK, 1993). No seu cotidiano, convivem com o desemprego, a falta de registro em carteira, o desenvolvimento de atividades por conta próprias e baixos salários constituindo um grupo que se encontram abaixo do nível de subsistência:

Pobre dentre os pobres, esse extrato da população só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário. Não é por outra razão que, não obstante impedimento formal do surgimento de novas favelas, o congelamento dos núcleos existentes e as inúmeras remoções que se fizeram nos últimos anos, o número de favelados cresce num ritmo acelerado (KOVARICK, 1993, p.88).

Seu cotidiano nas favelas convive com a desapropriação, mas algumas favelas desenvolvem certo grau de organização com reivindicação e autodefesa. Em certos casos, essas comunidade chegam a resistir às forças econômicas e políticas que tentam desalojá-las. Como ressalta Kovarick (1993, p.80), “não se pode esquecer que os favelados são numerosos, sempre existem grupos interessados em oferecer determinados serviços de infraestrutura ou mesmo garantia de não removê-los em troca de uma certa quantidade de votos”.

Quando o terreno que estão situados é de propriedade particular, os favelados são imediatamente expulsos por meio de remoções. Quando não conseguem escapar da vigilância

da prefeitura, mudando-se para outros aglomerados, os habitantes dos barracos são transferidos para as vilas de habitação provisórias que, além de estarem distante dos locais de emprego, pois geralmente se situam nas periferias extremas da cidade, não se diferem em nada das favelas” (KOWARICK, 1993, p.83).

Por fim, o autor mostra que a favela tornou uma forma de resistência e sobrevivência das populações pobres, “De toda forma a favelização constitui uma solução de sobrevivência por representar uma diminuição nos gastos com moradia. Pode ainda, de certa forma, representar uma diminuição no tempo de locomoção e nos gastos com transportes na medida em que montar um barraco representa um expediente para remediar a alta taxa de rotatividade nos empregos, presente na economia” (KOWARICK, 1993, p.89).

Lúcio Kovarick explica que o surgimento das favelas no Brasil ocorreu, num primeiro momento, nas áreas litorâneas, possivelmente devido à existência de vastas glebas de propriedade do poder público. A população favelada teria se fixado nas áreas pouco aproveitáveis para receber edificações e menos sujeitas à valorização. O autor destaca a importância de considerar a topografia, pois as favelas frequentemente se firmam nos íngremes morros, em lugares não valorizados por agentes imobiliários, como áreas de preservação ambiental e margem de rios (KOWARICK, 1993, p.80).

Marcelo Lopes de Souza entende a favela no contexto da metrópole contemporânea e da reprodução da pobreza, na qual a favelização é uma expressão marcante devido sua magnitude e complexidade:

Atualmente, a favelização e a periferização, expressões espaciais mais marcantes da reprodução da pobreza urbana, impressionam não somente pela sua magnitude, mas igualmente por sua complexidade. A antiga imagem das favelas como espaços formados por barracos feitos de materiais improvisados e completamente carentes de infra-estrutura há muito não se aplica mais a realidade, a não ser no caso de favelas bem recentes, pequenas e periféricas. Em quase todas as favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo (e, em menor grau, em Curitiba e Recife) casas de alvenaria, ainda que mal-acabadas, dominam a paisagem, e a dotação de infra-estrutura técnica varia bastante de acordo com o tamanho, a localização e a antiguidade e grau de consolidação do assentamento. A idéia geral como espaço residencial pobre e segregado permanece, sem dúvida, válida, se bem que algumas favelas, dependendo de sua localização (como a Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro), passaram a ser alvo, a partir da década passada, de um afluxo de migrantes intra-urbanos constituído por elementos de uma classe média baixa empobrecida pela crise e em fuga de aluguéis altos e impostos (SOUZA, 2000, p.193).

Alba Zaluar e Marcos Alvito explicitam um conceito de favela que vai além da questão da habitação. Para os autores, a favela é lugar de cultura, de lutas e de organização comunitária; é um local de festas populares e de convivência entre diferentes classes sociais, além de ser um espaço que abriga diferentes culturas. Eles concluem seu argumento

afirmando que falar de favela é falar da história do Brasil:

Mas a favela ficou também registrada como área de habitações irregulares construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar de carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o “outro”, distinto do morador civilizado da primeira metrópole que o Brasil teve (ZALUAR; ALVITO, 2006, p.7-8).

A favela é reduto de migrantes com diferentes identidades e onde convivem grupos distintos, como a burocracia do estado, políticos, associação de moradores, comerciantes e traficantes. No entanto, esse local carrega estereótipos negativos, sendo frequentemente associado a epidemias, focos de doenças e à imagem de malandros e ociosos, sendo, em muitos casos, retratado como um espaço habitado por negros considerados inimigos do trabalho. Os autores Zaluar e Alvito destacam que houve uma mudança dos discursos sobre as favelas com a ascensão do narcotráfico e a instalação de quadrilhas, passando a serem entendidos como covis de bandidos e centros de criminalidade. Assim, as favelas se configuram como um campo de batalha (ZALUAR; ALVITO, 2006).

Em artigo discutindo o direito à cidade, Jorge Barbosa (2017) mostra que as favelas no Brasil jamais cessaram de crescer. Apresenta dados do IBGE que revelam que em 2010 cerca de 11,4 milhões de brasileiros residiam nos denominados aglomerados subnormais. Desta forma, evidencia que “É possível afirmar, então, que as favelas são expressões estruturais do processo desigual que caracteriza a urbanização da sociedade brasileira” e chama a atenção de que o fenômeno não se restringe as metrópoles, ocorrendo também em cidades médias

O conceito oficial de favela

O conceito oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definia favela como glomerado subnormal, um cada conjunto “constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (IBGE, 2013). A definição do IBGE adota alguns critérios técnicos para a conceituação:

Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos) e possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular,

lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) (IBGE, 2013).

No Censo de 2022, o instituto mudou a conceituação de “aglomerado subnormal” para “favela e comunidade urbana” e passa, de fato, a reconhecer a favela como uma forma de moradia da classe trabalhadora nas cidades (APÓS 50 ANOS, 2024). Como mencionado anteriormente, existem diferentes compreensões que ajudam a explicar a favela como moradia urbana. Quando o fenômeno não é denominado corretamente, pode haver um ocultamento ou uma distorção do fenômeno social. De acordo com o IBGE, favelas são territórios populares originados das diversas estratégias empregadas pela população para atender às suas necessidades habitacionais. Segundo o Censo Demográfico, existem 12.348 favelas no Brasil, onde vivem 16.390.815 pessoas residindo em 6.556.998 domicílios, o que corresponde a 8,1% da população brasileira. Uma expansão de 40% nos últimos 12 anos (CENSO 2022).

Considerações finais

Os estudos sobre a moradia revelam as contradições da produção do espaço social e uma faceta perversa da urbanização no Brasil e no mundo. Para tanto, a favela deve ser compreendida dentro do contexto histórico e econômico do capitalismo gerador de crises no campo que expulsa o agricultor empobrecido para a cidade em busca de trabalho, agravando a crise urbana existente com a necessidade de moradias. Nas cidades, por sua vez, o trabalhador espoliado é impedido de adquirir uma habitação pelas vias de mercado, restando como única alternativa a ocupação dos terrenos insalubres e indesejáveis e construindo a forma de moradia favela. Um ciclo vicioso presente nos países subdesenvolvidos e dependentes e que se arrasta por mais de um século, imprimindo uma dinâmica excludente e a segregação das classes sociais no urbano.

Referências

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IphanRio/Jorge Zahar, 1988.

APÓS 50 ANOS, IBGE volta a usar o termo favela no Censo. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/23/ibge-favela.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BARBOSA, J. As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos à cidade. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papirus, 2006
- FRIDMAN, Fani.; HAESBAERT, Rogério. (Orgs.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CENSO 2022: BRASIL tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. **Agência IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais: informações territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. 7 ed. São Paulo: Difel, 1982. Vol. 1.
- MELAZZO, Everaldo S.; BARCELLA, Bruno L. A Teoria da Renda do Solo Urbano. In: Eliseu S. Sposito; Guilherme dos S. Claudino (Orgs.). **Teorias na Geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência Ed., 2023.
- RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando a Geografia).
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. Ed. 1. Reimp. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos; 9).
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. Ed. 1. Reimp. São Paulo: EDUSP, 2013. (Coleção Milton Santos, 16).
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. MARICATO, E. (Org.). São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1982.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 3ª. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2017.
- SOUZA, Marcelo L. de. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VALLADARES, Licia; MEDEIROS, Lídia. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ:URBANDATA, 2003.

VASCONCELOS, Pedro. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. 5 ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.